

# REFLEXÕES SOBRE A CIDADE E O URBANO: O ATUAL COMO PRODUTO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA

**OSCAR SOBARZO**

Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
oscar.sobarzo@ufrgs.br

## **RESUMO**

Propõe-se uma reflexão que reafirme a importância da dimensão temporal para o entendimento da cidade e do urbano, evitando pensar a situação atual limitada ao “novo”. Nesse sentido, é apresentada uma análise retrospectiva, não exaustiva nem conclusiva, para exemplificar a importância do conhecimento do processo de produção daquilo que podemos denominar o “saber” da Geografia Urbana ou, em geral, do entendimento atual sobre a cidade e o urbano. Destaca-se a importância da escala temporal nas pesquisas urbanas devido à necessidade do resgate da história das cidades estudadas e das temáticas abordadas. O texto estrutura-se a partir de quatro pontos principais, os quais correspondem aos exemplos utilizados na reflexão: a definição da cidade, o estudo da cidade, a rede urbana e o urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Urbano. Geografia Urbana.

REFLECTIONS ON THE CITY AND THE URBAN: THE PRESENT  
AS A PRODUCT OF THE PROCESS OF CONSTITUTION OF URBAN  
GEOGRAPHY

## **ABSTRACT**

This paper proposes a reflection that reaffirms the importance of the temporal dimension for the understanding of the city and the urban, thus avoiding treating the present situation as limited to what is “new”. We have attempted

to carry out a retrospective, though not systematic or conclusive, analysis to illustrate how important it is to become aware of the production of what could be called the “knowledge” of urban geography, or, more generally, of the understanding of the city and the urban. The importance of time scale in urban research is highlighted due to the need to recover the history of the studies on cities and of the subjects addressed. The paper is divided into four parts, each one corresponding to the examples used in the discussion: the definition of the city, the study of the city, the urban network and the urban.

**KEY WORDS:** City. Urban. Urban geography.

Pensar as questões atuais sobre a cidade e o urbano impõe um desafio inicial que tem a ver com o que entendemos por “atual”. Numa leitura restrita, o convite para essa análise pode nos levar por um caminho, também restrito, que se limita a pensar no novo: novos paradigmas, novas abordagens, novos temas, novas interpretações e relações. Pautar o atual apenas com o novo pode simplificar a compreensão da realidade, na medida em que se desconhecem aspectos “históricos” de um fenômeno analisado, ou não são consideradas reflexões já realizadas por outros pensadores, em outros tempos, sobre aquilo que está sendo estudado.

Para superar essas limitações, consideramos necessária uma leitura mais ampla do atual, na qual ele surge como produto de um ou de muitos processos de interpretação da realidade urbana, assim como resultado da própria história da cidade analisada.

Nesse sentido, o objetivo principal da reflexão apresentada neste texto é reafirmar a importância da dimensão ou da escala temporal para o entendimento da cidade e do urbano. É claro que não se trata de uma temática inédita, já que na Geografia parece estar suficientemente trabalhada a relação indissociável entre espaço e tempo, haja vista a sintética e poderosa máxima de Milton Santos (2002 [1978]) que considera “o espaço como acumulação desigual de tempos”. Contudo, percebemos<sup>1</sup>, na prática, uma tendência, que tentativamente denominamos de “imediatismo do novo”, possível de ser exem-

---

<sup>1</sup> Como toda percepção, a nossa surge de uma leitura pessoal restrita ao nosso campo de ação. Nesse sentido, ela tem limitações e não necessariamente será a mesma de outra pessoa.

plificada nas seguintes situações: percepção de leitura de textos clássicos como uma simples (e muitas vezes pouco útil) leitura de velhos textos; avaliação negativa de disciplinas “muito históricas”; abordagens de temas como se fossem totalmente novos (relação urbano-rural; cidades médias); desconhecimento de autores, especialmente os mais antigos.

Assim, neste texto, apresentamos uma análise retrospectiva, não exaustiva nem conclusiva, sobre alguns tópicos, para exemplificar a importância do conhecimento do processo de produção daquilo que podemos denominar o “saber” da Geografia Urbana ou, em geral, do entendimento atual sobre a cidade e o urbano.

Por que essa análise pode ser útil? Ao completar 20 anos de SIMPURB, é interessante voltar o olhar ao primeiro encontro e à publicação dele resultante (CARLOS, 1994a), em que existiu um esforço para expor um panorama geral sobre a produção da Geografia Urbana brasileira. Duas décadas depois, completar esse painel surge como tarefa necessária. Não é esse, porém, o objetivo deste texto, já que esse trabalho significaria um levantamento minucioso e detalhado. O que se propõe aqui, a partir de alguns exemplos, é destacar a importância do conhecimento dos caminhos trilhados pela pesquisa em Geografia Urbana, para entender de uma forma melhor o momento atual, suas potencialidades e limitações.

A importância da escala temporal na análise urbana pode ser exemplificada pela própria idade daquilo que chamamos “cidade”: considerando Benévolo (2005), mais de 5.500 anos. Obviamente, não é essa escala temporal que nos interessa destacar neste texto, e sim a escala do tempo da Geografia Urbana e a suas reflexões sobre a cidade.

Numa outra perspectiva, as pesquisas urbanas demonstram a importância da escala temporal por meio do resgate da história das cidades estudadas. Avaliamos que nesse aspecto precisamos avançar para análises mais focadas na “história” que permite entender a temática ou o recorte espacial que está sendo estudado, destacando os elementos de mudança e/ou continuidade nas transformações espaciais ocorridas no tempo, como aponta Vasconcelos (1999). Assim, não se trata de uma repetição simples da história da cidade ou de um bairro, como uma crônica de fatos cronologicamente organizados, mas da compilação de uma série de elementos que auxiliem no entendimento da dinâmica atual estudada.

Ainda destacando a importância da escala temporal na pesquisa urbana podemos apontar a perspectiva temática. Com efeito, cada tema tem a sua história, e pesquisadores anteriores que refletiram sobre um assunto, muitas vezes com outras abordagens teóricas e ferramentas analíticas, podem apontar caminhos de reflexão com potencialidades e limitações, demonstrando que aquilo que reluz na sua novidade aparente já foi objeto de estudo e análise.

Como apontou Carlos (1994b, p. 157): “A geografia se move no contexto da produção da ciência e se produz em função de um processo de conhecimento dinâmico e ininterrupto”. Nesse sentido, avaliamos que estar cientes desse processo de produção do conhecimento ajuda a contextualizar o alcance e a força interpretativa das abordagens atuais (e também as suas limitações) e aponta para alguns temas que nesse percurso podem ter caído no esquecimento e que hoje precisam ser retomados ou retrabalhados.

O presente texto estrutura-se a partir de quatro pontos principais, os quais correspondem aos exemplos que utilizaremos em nossa reflexão: a definição da cidade, o estudo da cidade, a rede urbana e o urbano. Finalmente, são tecidas algumas considerações finais.

## **PONTO 1: A DEFINIÇÃO DA CIDADE**

Numa avaliação geral, parece-nos que a definição de cidade não é hoje uma prioridade nas reflexões da Geografia Urbana. As pesquisas assumem umas entidades reconhecidamente como urbanas e se debruçam no seu estudo. Nesse amplo espectro de entidades urbanas que estudamos, encontramos desde metrópoles a cidades pequenas, incluindo grandes cidades e cidades médias. Os esforços em termos de definição talvez passem por diferenciar cada um desses tipos, mas, ao fim, todas são consideradas cidades, embora com dinâmicas diferenciadas.

O entendimento do que é uma cidade talvez fique claro recorrendo ao conceito geográfico de paisagem. A paisagem de uma cidade, a paisagem urbana, tem uma materialidade característica com construções e infraestruturas, mas também com movimentos, processos, dinâmicas e problemas. Recorrendo a Milton Santos (1996), trata-se de uma forma, de um conjunto de objetos reais concretos, com conteúdos característicos. E para essas formas-conteúdos que abrangem uma ampla variedade utilizamos a mesma denominação: cidade.

Na perspectiva temporal, podemos observar que as pesquisas urbanas tinham uma preocupação central em definir essas entidades chamadas de cida-

des. O livro de Lewis Mumford, *A cidade na história*, publicado originalmente em 1961, começa com a pergunta: “Que é a cidade?” (1998 [1961], p. 9).

Na primeira metade do século XX, esse questionamento estava presente nos autores da *Ecologia Humana*. Assim, Robert Park, em seu clássico texto de 1916, define a cidade como:

[...] algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones, etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1976, p. 26).

Louis Wirth, num texto de 1938, destaca as limitações das definições de cidade baseadas em critérios estatísticos e/ou administrativos. Sua definição, extremamente genérica, ganha força interpretativa na medida em que se consegue aplicar em muitos contextos: “uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1976, p. 96). Esse autor avança na sua interpretação quando analisa que o “urbanismo como modo de vida” não se limita à própria cidade, mas alcança a vida rural, que é influenciada por ela.

Consideremos também três exemplos da própria Geografia. Josué de Castro, na introdução do seu livro, *A cidade do Recife*, de 1954, considera a cidade “um tipo especial de paisagem cultural” (p. 13), acrescentando que ela “se projeta na paisagem como um signo de vitória do cultural sobre o natural” (p. 27).

Milton Santos, no início do seu texto “A cidade como centro de região”, de 1959, apresenta uma série de autores que define o que é cidade, mas antes esclarece que “a cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado, preside às relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a sua zona de influência” (p. 7).

Pedro Pinchas Geiger, no livro, *Evolução da rede urbana brasileira*, de 1963, também se ocupa com o tema no início da obra. O autor destaca o caráter oficial e político-administrativo da definição de cidade no Brasil, chegando a questionar: “pode-se considerar realmente como cidades todas as localidades

sedes de municípios, mesmo quando muitas delas têm menos de 1.000 habitantes, casario tosco, baixo e disperso?” (GEIGER, 1963, p. 8).

A que reflexões nos levam esses exemplos, na perspectiva do atual momento da Geografia Urbana?

Em primeiro lugar, mesmo considerando as restrições da abordagem da Ecologia Humana associadas à sua orientação analítica organicista e biológica, chama a atenção, na definição de Park, o realce de elementos que vão além do plano material e institucional para definir a cidade: um “estado de espírito”, que supera “um mecanismo físico e uma construção artificial”.

Na interpretação de Wirth, destaca-se a ideia de o modo de vida urbano – que no texto é denominado urbanismo – não se restringir às cidades, mas extrapolar essa materialidade e invadir as áreas rurais, que sentem a sua influência. Aqui, uma dimensão da cidade, representada por aspectos imateriais associados a modos de vida, aponta para a problemática definição do que é urbano e rural e as suas relações, temática presente em muitos debates atuais. Nessa mesma perspectiva, mas no sentido contrário, Milton Santos (1959, p. 11) questiona-se sobre o limiar para definir como cidades o que ele chama de “formas primárias do fato urbano”, ou seja, núcleos que estariam mais próximos da vida rural.

Assim como a questão colocada por Geiger, essas análises realizadas em décadas passadas revelam as dificuldades das definições formais de cidade, uma preocupação que, embora tenha recebido destaque nos últimos anos, com a publicação de Veiga (2002), pode ser, a partir do conhecimento dos autores citados – entre outros –, contextualizada como uma problemática antiga e amplamente refletida pela pesquisa urbana. Da mesma forma, podemos identificar questionamentos sobre a “invasão” de vida urbana no meio rural, ou sobre a real condição urbana de pequenos núcleos de população, em estudos que possuem décadas de debates e contribuições.

Voltando aos nossos exemplos, as ideias destacadas de Josué de Castro trazem a importância do conceito de paisagem para a definição de cidade e o que essa paisagem significa em termos da relação entre Sociedade e Natureza. Milton Santos também cita a condição de paisagem particular que a cidade assume, mas, neste caso, enfatiza a inserção da cidade num espaço maior, numa área de influência. Como veremos no próximo item do texto, esses dois autores apontam para dimensões que atualmente são “parcialmente” abordadas nas

pesquisas urbanas: a cidade na sua relação com os processos do meio físico, e na abordagem simultânea de suas escalas intraurbana e interurbana.

## PONTO 2: O ESTUDO DA CIDADE

O que caracteriza o estudo da cidade na atualidade? Na perspectiva que nos interessa destacar neste texto, podemos afirmar que a pesquisa urbana se caracteriza hoje pelas suas múltiplas possibilidades temáticas e analíticas. A cidade e o urbano conformam um objeto de estudo que no plano teórico-metodológico é lido das mais diversas óticas, das materialistas até as fenomenológicas, e que também apresenta um amplo leque de abordagens se consideramos os temas pelos quais se realiza a “entrada” para o seu entendimento.<sup>2</sup>

Uma outra possibilidade de leitura dessa diversidade é dada pelos próprios recortes do espaço intraurbano, que ensejam uma variedade de estudos de bairros, ruas, parques etc. Às vezes, as pesquisas realizam comparações entre cidades, geralmente a partir de um recorte temático. Noutra perspectiva, há um grande número de estudos que tratam das relações interurbanas, assim como das relações cidade-campo.

Olhando para o passado, podemos perceber que a diversidade de abordagens para o estudo da cidade nem sempre foi a mesma que vemos hoje. Para nossa reflexão, utilizaremos a chamada “monografia urbana”, derivada do método regional e aplicada desde o início do século XX, sintetizada em termos metodológicos por Monbeig, em 1941, no seu texto, “O estudo geográfico das cidades”.

Como explica Abreu (1994, p. 208):

O que era a monografia urbana sugerida por Monbeig em seu artigo pioneiro? Em poucas palavras, pode-se dizer que era o resultado da aplicação do método da geografia regional à cidade. Era, na realidade, uma monografia regional, só que a região, neste caso, era a cidade.

Assim delineada, o que se poderia esperar então de uma monografia urbana? Nada menos do que uma síntese urbana. E como fazer esta síntese? Da mesma forma como vinham sendo feitas as “sínteses regionais”, ou seja, pela integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade do “fato geográfico” que era a cidade.

O citado texto de Monbeig tem uma clara intenção metodológica, tentando estabelecer o que compete ao geógrafo quando se debruça sobre o estudo de

---

<sup>2</sup> Um exemplo dessa variedade está representado pela diversidade de temas expostos nas mesas, comunicações orais e pôsteres do XI SIMPURB.

uma cidade. Assim, o autor estabelece uma agenda ou roteiro de pesquisa que se inicia com a descrição do quadro natural em que se localiza a cidade, destacando o estudo da sua situação – entendida num contexto regional – e do local urbano. Essa parte da monografia urbana, alerta Monbeig (2004, [1941]): “não pode consistir exclusivamente na descrição dos elementos geográficos: é preciso mostrar, concomitantemente, como os homens tiraram partido do mesmo, de modo mais ou menos feliz, segundo as épocas” (MONBEIG, 2004, p. 289).

Continuando o roteiro de pesquisa estabelecido pela monografia urbana, o estudo geográfico deveria incorporar a dimensão temporal, representada na evolução urbana: “as etapas, não mais apenas de sua formação, mas de sua progressão, o ritmo e as circunstâncias dessas etapas” (MONBEIG, 2004, p. 289-290). O autor defende a utilização de “plantas da cidade em épocas diferentes”, mas com um alerta: “separadas por intervalos de tempo nem muito curtos nem muito longos”, estabelecendo as “datas críticas” no passado da cidade (p. 290).

A monografia deveria abordar os temas da população urbana: sua evolução, densidade, distribuição e atividades. Destaca-se neste ponto, como nos anteriores, a importância atribuída à representação cartográfica como, por exemplo, no caso das atividades da população, o uso de mapas de profissões e das classes sociais. Na abordagem que a Geografia deveria fazer desses temas, Monbeig observa: “Esses são fatos sociais que o geógrafo não sabe e não precisa estudar, mas sua distribuição é um fato de ocupação do solo e traduz-se por ‘nuances’ do cenário urbano; neste sentido, esta cartografia encontra lugar na monografia urbana” (MONBEIG, 2004 p. 290). A forma de ocupação do solo assim como a descrição das habitações (*habitat* urbano) e da circulação urbana auxiliam na identificação dos diferentes bairros.

Finalmente, a monografia urbana volta o seu foco para as diferentes funções urbanas e, a partir delas, a definição do “raio de ação da cidade” ou da sua área de influência no contexto regional, transitando assim do âmbito intraurbano para o interurbano.

Abreu (1994) destaca a importância da proposta de Monbeig e identifica uma série de estudos realizados a partir da metodologia ou do roteiro de pesquisa que a monografia urbana propõe. O próprio Monbeig, na parte final do seu texto, expõe as possibilidades da sua proposta: “Uma monografia é um ‘*dossier*’ completo com uma superioridade: esforça-se por dar uma idéia da vida tão exata como possível” (MONBEIG, 2004, p. 312).



Fazendo uma comparação entre a proposta da monografia urbana e a grande variedade temática e metodológica que vemos hoje na pesquisa urbana, podemos pensar em dois momentos diferentes: enquanto a monografia pretendia uma espécie de padronização na abordagem dos estudos sobre a cidade, na atualidade, as possibilidades para a sua realização são múltiplas. Numa leitura muito restrita, temos um momento em que a Geografia, especificamente a Escola Regional, tenta definir um método específico – um método geográfico – para o estudo da cidade; no sentido oposto, presentemente há uma diversidade metodológica e temática que não comporta a imposição de um determinado método ou roteiro de pesquisa.

Nessa comparação há, por certo, o perigo de desvalorizar o passado e sobrevalorizar o presente. Corre-se o risco de negar a validade de uma visão que se pretendia um tanto hegemônica sobre a pesquisa urbana e valorar as amplas possibilidades do momento atual. Não é esse o objetivo desta reflexão, ao contrário, a seguir, tentaremos destacar aspectos em que a proposta da monografia urbana nos ajuda a compreender algumas características da pesquisa urbana hoje desenvolvida.

Para essa tarefa pode ser pertinente o uso de uma analogia com os termos: implosão e explosão. Em termos didáticos, podemos pensar a monografia urbana como um momento de implosão, em que tudo o que interessa à Geografia – à Geografia dessa época – vem para dentro do roteiro de pesquisa. Como sintetiza Abreu (1994, p. 208): “o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade”. Por outro lado, o atual momento da pesquisa urbana remete ao sentido da explosão: a pesquisa urbana explode em múltiplos recortes, temas e orientações teórico-metodológicas. Que balanço pode ser feito dessa implosão-explosão?

Em primeiro lugar, hoje, nas pesquisas urbanas, identificamos uma dificuldade para apreender uma cidade na sua totalidade. O dossiê completo que Monbeig almejava alcançar com a monografia pretendia dar conta de explicar a cidade estudada, mesmo que não conseguisse. Atualmente, a diversidade de recortes espaciais e temáticos sugere ou impõe a necessidade de pensar em sínteses. Assim como a compreensão da parte pode auxiliar no entendimento do todo, consideramos que, na pesquisa sobre uma cidade, os diferentes recortes e olhares representados por investigações diversas podem ser retomados e qualificados num momento posterior de síntese. Um exemplo disso, vindo da minha

experiência pessoal, é Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, onde se gera e acumula uma quantidade importante de pesquisas sobre os mais variados aspectos da cidade, como mostra o livro “Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média” organizado por Maria Encarnação Beltrão Sposito, em 2001.

Um segundo aspecto que a monografia urbana nos aponta refere-se ao que vamos chamar de “perda da natureza” nas pesquisas urbanas. Não estamos dizendo com isso que não haja estudos que incorporam ou analisam os aspectos do meio físico, porquanto, recorrendo novamente ao texto de Abreu (1994, p. 275-276), identifica-se claramente essa temática nos estudos urbanos no Brasil sob a denominação “cidade e ambiente”. A nossa preocupação vem da tendência de ser essa consideração da natureza específica em investigações sobre ocupação de áreas de risco, clima urbano, degradação ambiental ou, nos últimos tempos, a incorporação da natureza como mercadoria no processo de produção imobiliária. Há um considerável número de pesquisas urbanas – entre as quais incluo as minhas – em que são escassas as referências ao meio físico, e à sua influência no processo de evolução urbana. Se temos clareza que uma das preocupações da nossa ciência é a relação Homem-Natureza, talvez tenha chegado a hora de avançar no resgate dessa abordagem.

O terceiro ponto que o exemplo da monografia urbana nos traz para a reflexão atual é a dicotomia dos planos intraurbano e interurbano presente nos estudos. Para Monbeig, o estudo da cidade deveria incorporar, além da descrição da cidade em si, a identificação e avaliação do seu raio de influência. No próximo ponto, voltaremos à nossa reflexão sobre esse assunto, ao tratar da rede urbana.

Antes de abrir outra frente de análise, gostaríamos de apresentar a sugestão que Monbeig faz no texto citado, e que acreditamos seja útil no momento atual da pesquisa urbana em que, no âmbito da variedade temática presente, são valorizados os aspectos associados à leitura da dimensão cultural. Resulta interessante perceber que, na década de 1940, essa era uma proposta para enriquecer a leitura do geógrafo sobre a cidade:

Antes de escrever, o geógrafo deveria pôr-se em contato com a literatura, no sentido estrito da palavra, que existe sobre a cidade estudada; os arquivos, as estatísticas, os planos dos urbanistas não ensinam mais que o desfile das moças no domingo à tarde na praça pública da cidade pequena, ou que as cores, os sons, os odores da grande avenida principal da Capital, que a multidão dos

operários em alvoroço à saída da fábrica e que a luz de um belo dia seco sobre as areias vermelhas e os arranha-céus (MONBEIG, 2004, p. 298).

Contudo, o autor também alertava que a leitura geográfica precisava de rigor disciplinar e metodológico, não precisando se transformar numa leitura literária. Acreditamos que essas sugestões continuam atuais.

### **PONTO 3: A REDE URBANA**

Os estudos sobre a rede urbana têm uma longa tradição na Geografia Urbana brasileira, como demonstra Roberto Lobato Corrêa, em seu texto, “Hinterlândias, hierarquias e redes” (1994b), e na síntese apresentada no livro “A rede urbana” (1994a).

Essas obras expõem as diferentes abordagens adotadas para acompanhar as mudanças teóricas e metodológicas pelas quais passou a Geografia no decorrer de parte do século XX, podendo-se identificar algumas palavras-chave que ficam de todo esse processo: hierarquia urbana, áreas de influência, centralidade.

Como pensar a rede urbana e essas palavras-chave no momento atual?

O próprio Corrêa (2001) destaca que, nas últimas décadas, a rede urbana ganha complexidade, sendo possível a percepção de múltiplos circuitos.

A rede urbana adquire contornos de uma rede complexa, com interações entre centros de regiões funcionais distintas, entre centros da mesma hinterlândia metropolitana e muitas dessas interações apresentam-se marcadas pela complementaridade funcional entre centros ou por relações que não são aquelas definidas pela teoria dos lugares centrais. Estabelecem-se múltiplos circuitos na rede urbana (CORRÊA, 2001, p. 365).

Nessa perspectiva, a realidade atual, em que as relações entre as cidades apresentam justaposições de relações próximas e distantes nas diferentes escalas, sejam elas local, nacional ou global ou as suas combinações, impõe um repensar da rede urbana, considerando que as hierarquias urbanas, áreas de influências e centralidade dificilmente serão desvendadas a partir de um modelo ou idealização de rede perfeitamente organizada em níveis que funcionam gradativamente.

Em texto anterior, Corrêa (1988) tinha apontado nessa direção, ao afirmar:

[...] entendemos por rede urbana, numa definição mínima e inicial, o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. Neste sentido não aceitamos a tese, apoiada em uma concepção idealista e normativa da ciência, da existência de uma rede urbana, modelada segundo o modelo christalleriano

ou a regra da ordem-tamanho de cidades. Do mesmo modo não aceitamos a tese de que, apenas nos países desenvolvidos, existe rede urbana, tal não acontecendo nos denominados países subdesenvolvidos (CORRÊA, 1988, p. 107).

Com relação ao último ponto destacado na citação anterior, Milton Santos, desde finais da década de 1960, vinha apontando as dificuldades para pensar a rede urbana nos países subdesenvolvidos, citando as características específicas que a diferenciavam dos modelos e teorias propostos a partir dos países desenvolvidos (SANTOS, 1980a, 1980b, 1982, 2004 [1979]). Entre suas reflexões, o autor destacava a tendência à macrocefalia e à existência daquilo que denominou como “curto-circuito” da rede urbana, ou seja, em vez de uma rede hierarquizada e articulada em níveis consecutivos, nos países subdesenvolvidos verifica-se uma rede com cidades que não necessariamente dependem daquelas nos níveis imediatamente superiores, mas que se “dirigem” diretamente às cidades mais importantes, muitas vezes à própria metrópole.<sup>3</sup>

Esses questionamentos sobre como pensar atualmente a rede urbana em nossos países ganham força pela complexidade das relações entre cidades, entre cidade e campo, entre empresas etc.

Assim, para o desempenho dessa tarefa hoje, consideramos que uma contribuição fundamental vem de Santos e Silveira (2001, p. 281), para os quais, no período atual (técnico-científico-informacional), os “sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global”. Para a compreensão desse contexto de uma rede urbana de geometria variável, os autores ainda nos oferecem outra possibilidade analítica: entender as cidades numa encruzilhada de verticalidades e horizontalidades.

Em Santos (1996, p. 225), as horizontalidades são analisadas como pontos que se agregam sem descontinuidade, sugerindo uma extensão areal contínua. Por outra parte, as verticalidades referem-se a pontos separados, relacionados ao funcionamento global da sociedade e da economia, ou seja, nos remetem a um processo mais seletivo e pontual.

Na perspectiva da rede urbana, as horizontalidades permitem-nos pensar nas relações da cidade com seu entorno próximo – o clássico raio de influência regional ou a sua hinterlândia – que inclui cidades menores e espaços rurais,

<sup>3</sup> Algumas ideias tratadas nesta seção do texto foram discutidas em Sobarzo (2008a e 2008b).

mas podem também remeter a relações próximas geradas no próprio interior da cidade, trazendo a escala intraurbana para a análise. Essas relações de horizontalidade podem ser lidas nos serviços que a cidade presta ao seu entorno e que exigem deslocamentos periódicos da população: saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos e bancários, entre outros.

As verticalidades, por sua vez, representam os fluxos externos e hegemônicos, produzidos a longa distância, que interferem na dinâmica da cidade, ligando partes dela ao âmbito global, num processo que responde aos interesses e aos requerimentos da fluidez e da reprodução do capital, enquanto outras partes da cidade são deixadas à margem ou desconectadas dessa dinâmica. Entre os impactos desse processo temos a fragmentação da estrutura da cidade, manifestada na polarização social, na pobreza e na exclusão.

Neste ponto é preciso destacar a necessidade de superar a separação das escalas intraurbana e interurbana nas análises, considerando que esse “jogo” entre verticalidades e horizontalidades provoca processos de reestruturação urbana e de reestruturação da cidade, utilizando a terminologia proposta por Sposito (1996).

No plano da rede urbana, essa geometria variável e de encruzilhada de verticalidades e horizontalidades manifesta-se na construção de um espaço que articula áreas e eixos, com continuidade e descontinuidade territorial. Em Sposito (2001) encontramos essa reflexão, tomando como base de análise as cidades médias. Com efeito, a autora destaca que as cidades desempenham funções de intermediação imediata na sua área próxima, que inclui cidades menores e espaços rurais, definindo a existência de um espaço de continuidade territorial que conforma uma área. Na perspectiva dos fluxos gerados pelos bens e serviços que atraem consumidores de distâncias maiores, esses papéis de intermediação são ampliados, gerando um espaço que não se configura necessariamente de forma contínua, mas como um espaço em que a fluidez territorial vai definir eixos de circulação, de maneira tal que a rede adquire características de descontinuidade territorial.

O quadro fica ainda mais complexo quando pensamos na articulação das cidades em redes que extrapolam o espaço nacional, como acontece na produção e circulação das *commodities* agrícolas nos circuitos globais do agronegócio, como vem sendo estudado por Denise Elias (2003, 2006, 2007) e Denise Elias e Renato Pequeno (2006). Nesse caso, a definição de áreas, eixos, continuaida-

de e descontinuidade territorial, articulações próximas e distantes, etc. mostra todas as potencialidades analíticas de pensar a rede urbana como sistemas de cidades num contexto de geometria variável e na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou como uma rede urbana complexa com múltiplos circuitos (CORRÊA, 2001).

Antes de fechar este ponto dedicado à rede urbana, vamos abordar um exemplo de estudo nesse âmbito, importante pelo seu impacto e pela escala de abordagem. Referimo-nos ao estudo do IBGE, “Regiões de Influência de Cidades – 2007”, o qual, ao ser considerado como ponto de partida e estímulo para a reflexão, incentivará estudos sobre rede urbana ou relações entre cidades e regiões de influências, ou cidades e localização de agentes econômicos, como explorado por Sposito (2009).

Destacamos nesse estudo (REGIC), de 2007, o resgate da cartografia presente nos trabalhos anteriores realizados pelo IBGE sobre a rede urbana brasileira. Com efeito, os mapas das REGIC de 1966, 1978 e 1993 demonstram a importância do tema da rede urbana não somente na pesquisa desse instituto oficial, mas na reflexão urbana brasileira como um todo. Do ponto de vista analítico, esse material cartográfico sintetiza e permite visualizar as transformações na rede urbana associadas aos processos de ocupação e integração física do território brasileiro, e às mudanças econômicas e migratórias, entre outras possíveis de serem lidas no conjunto de mapas. Esse material permite-nos voltar ao texto de Corrêa (1988) e retomar os quatro “ângulos” ou possibilidades de análise para o entendimento da rede urbana: divisão territorial do trabalho, ciclos de exploração, forma espacial e periodização.

O estudo da REGIC de 2007 possibilita ainda uma análise comparativa com o estudo de Geiger (1963), em que o autor identifica e descreve as redes urbanas das “grandes metrópoles”. No estudo do IBGE são apresentados mapas com as redes e áreas de influência dos diferentes centros de maior nível na hierarquia urbana (metrópoles nacionais, metrópoles e capitais regionais). As possibilidades de identificação e análise dos processos de mudanças e permanências que se abrem em ambos os trabalhos fornecem um leque interessante e amplo para pesquisas.

Na perspectiva destacada anteriormente no texto, a de pensar a rede urbana como um sistema de geometria variável, o estudo da REGIC de 2007 aponta interessantes sugestões de pesquisa, quando consideradas as séries cartográficas

temáticas disponibilizadas na seção “Resultados intermediários”. Com efeito, esses mapas demonstram que ao considerar diferentes variáveis de forma isolada, os graus de centralidade, as áreas de influência e a posição das cidades nas hierarquias urbanas mudam. Como exercício comparativo e exemplo, podemos sugerir a observação dos mapas das atividades de comércio e de agências bancárias diversas, considerados no estudo o ensino de graduação e pós-graduação, densidade de domínios de internet, conexões aéreas, destino da produção agropecuária, deslocamentos para compras e para frequência a cursos de ensino superior. Deixamos aberta esta questão: possibilidade de pensar a rede urbana num contexto de geometrias variáveis, considerando a participação das cidades nos múltiplos circuitos representados nos mapas das diferentes variáveis analisadas. E para continuar refletindo: ao incorporar as relações para além do território nacional, que rede ou redes urbanas seriam evidenciadas?

#### **PONTO 4: O URBANO**

As potencialidades analíticas que nos oferece a abordagem do urbano na pesquisa urbana são amplas e em muitos aspectos nos permitem retomar elementos tratados nos pontos anteriores.

Entendemos o urbano na perspectiva de Lefebvre (1999 [1970]; 2008 [1972]). Para o autor, sob um ponto de vista histórico, a cidade passa do caráter político ao comercial e dele ao industrial e, a partir das transformações deste, surge noutro patamar o urbano. A cidade traz tudo para si, num processo de implosão, para logo explodir num movimento que inclui a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano (LEFEBVRE, 1999).

Na perspectiva do autor, o urbano significa a emergência de uma nova sociedade – a sociedade urbana como realidade inacabada, virtualidade e horizonte (LEFEBVRE, 1999, p. 28) –, o que coloca desafios e potencialidades enormes para a pesquisa sobre a cidade. Assim como a cidade explode na metáfora lefebvriana, a pesquisa urbana também precisa explodir, conforme se aponta nas páginas precedentes, numa variedade de temas, recortes e perspectivas que possibilitem dar conta da cidade e da conformação desse urbano.

Para uma melhor compreensão sobre o tema, Lefebvre aponta ainda:

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso de explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo

compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Em sua obra de 1974, “A produção do espaço”, Lefebvre evidencia essas contradições quando demonstra que, por trás da aparência de neutralidade e vazio do espaço, esconde-se seu caráter político de instrumental para o controle da sociedade, assim como a importância que ele assume no processo de reprodução e acumulação capitalista, na sua produção como fragmentos possíveis de comercialização. As contradições manifestam-se ainda na oposição entre dominação e apropriação, quando a funcionalização do espaço o afasta das possibilidades do uso cotidiano.

Nessa perspectiva, Ana Fani Alessandri Carlos (2001, p. 12) propõe três níveis de análise para abordar a produção do espaço: dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana. O primeiro remete-nos ao papel do poder político associado às elites e aos grupos representativos do grande capital na produção do espaço urbano; já a acumulação de capital pode ser lida na implementação de projetos que contribuem para a valorização ou a desvalorização de áreas e a apropriação privada dessa valorização, assim como a comercialização da cidade, presente no surgimento de novos produtos imobiliários; e, finalmente, a esfera da realização da vida humana materializa-se nos espaços que possibilitam ou dificultam práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação etc. (SOBARZO, 2004).

Podemos perceber como a abordagem do urbano nos oferece ou impõe grandes desafios para a pesquisa em Geografia Urbana, os quais vêm da complexidade que significa pensar o urbano como uma sociedade em constituição e não apenas como um modo de vida associado à cidade, num processo em que a investigação deve evidenciar as suas contradições nos diferentes níveis em que se manifesta a produção do espaço.

Nesse sentido, podemos apontar algumas possibilidades para o momento atual da pesquisa urbana. Em primeiro lugar, a explosão da cidade e dos caminhos de entrada para a pesquisa, ao mesmo tempo em que o urbano se manifesta simultaneamente em diferentes níveis analíticos, mostra a necessidade de análises integradas, em que pelo menos seja possível visualizar o processo nas



suas dimensões da dominação política, da acumulação do capital e da realização da vida humana. Concebendo uma pesquisa que se proponha a estudar uma cidade, a síntese dessas dimensões – política, econômica e social – remete-nos ao tema do entendimento da cidade como um todo. Ou, no caso de estudar uma parte dela, ou um tema específico, a necessária articulação dessas dimensões pode nos levar a uma compreensão mais apurada da realidade.

Em segundo lugar, pensar o urbano como uma totalidade em constituição tira o foco da pesquisa urbana simplesmente das cidades e o direciona para todo o espaço geográfico. Nesse sentido, preocupações clássicas da Geografia Urbana como as relações entre cidades, das cidades com seu entorno rural e das cidades com suas áreas de influência podem ser rediscutidas sob outra perspectiva metodológica que assume uma mesma lógica na produção do espaço, mas que se manifesta pelas suas interdependências e contradições.

Lefebvre aponta que:

O tempo e o espaço da era industrial tenderam e ainda tendem para a homogeneidade constrangedora. O tempo e o espaço da era urbana tornam-se diferenciais e esse caráter é posto em evidência pela análise. Redes e fluxos extremamente diferentes superpõem-se e se imbricam, desde as redes viárias até os fluxos de informações, desde o mercado de produtos até as trocas de símbolos. A dialética da centralidade introduz um movimento diferencial de uma potência extraordinária (LEFEBVRE, 2008, p. 87).

Assim, por exemplo, entendemos que para o entendimento do urbano é fundamental considerar os diferentes tipos de cidades. Essa sociedade urbana em constituição irá se revelar de diferentes formas e intensidades tendo, talvez, nos espaços metropolitanos, as suas maiores manifestações, mas isso não significa que não esteja presente em outras cidades menores, como nas médias e/ou pequenas. A pesquisa urbana tem a missão de desvendar como se materializa o urbano na totalidade do espaço. No caso das cidades médias – a partir de evidências empíricas da nossa participação em estudos da ReCiMe<sup>4</sup> – ficam claras, por exemplo, as contradições do processo de produção do espaço em localidades ligadas ao agronegócio, que tem uma forte capacidade de geração de riqueza e, ao mesmo tempo, uma fraca capacidade de distribuí-la, gerando cidades que polarizam amplos espaços regionais e se inserem em circuitos produtivos globais, mas que na sua estrutura interna apresentam fortes

---

<sup>4</sup> Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias.

desigualdades sociais. Essa contradição revelada no processo de produção do espaço urbano não é destacada quando a mídia aborda as cidades médias e as apresenta como alternativas para quem busca uma qualidade de vida melhor e oportunidades de empregos, sem mostrar, no entanto, que essas possibilidades não estão disponíveis para todos.

A manifestação dessas contradições pode ser observada no plano político e econômico dos governos municipais, quando se mostram prontos para a concessão de áreas dotadas de infraestrutura para a localização de empresas, mas não apresentam a mesma disponibilidade ou vontade política para a previsão de loteamentos populares, ou para a instalação, nos já existentes, de melhorias que venham a afetar o cotidiano dos habitantes da cidade. Na mesma perspectiva, as contradições ficam evidentes também quando se percebe que essas cidades fazem parte dos circuitos de produção e circulação de commodities agrícolas, o que as coloca numa rede articulada por uma logística que significa estar num espaço de fluxos rápidos, enquanto que o cotidiano da maioria dos habitantes da cidade, em muitos aspectos, obedece a um espaço de fluxos lentos, em função de um sistema de transporte coletivo que não mostra a mesma velocidade e eficiência, servindo precariamente às necessidades da população (frequência, número e qualidade de ônibus, cobertura de linhas etc).

O processo de produção do espaço, focado nas cidades médias, revela ainda como são complexas as relações urbano-rurais. Por exemplo, parte da renda vinda do campo vai se materializar, no espaço urbano, na produção imobiliária, tida como fonte de reserva de valor, gerando processos em que os preços de imóveis ficam no mesmo patamar ou próximos aos dos observados em cidades maiores, e incluindo metrópoles. Do mesmo modo é possível observar fluxos na direção contrária, ou seja, atividades urbanas, como as relacionadas com a medicina ou a advocacia, em que os profissionais apresentam uma forte capacidade de capitalização, significando que parte da renda gerada vai para o meio rural em investimentos, não somente de lazer, mas também de tipo produtivo. Esse exemplo nos faz retomar e repensar as sugestões de Corrêa (1969) sobre a drenagem da renda fundiária para a compreensão das relações entre a cidade e a sua região.

No mesmo sentido, o entendimento do urbano traz a necessidade de insistir mais uma vez na importância de avançar em pesquisas que considerem conjuntamente as dimensões intraurbana e interurbana. Voltando ao caso das

idades médias, Corrêa (2007, p. 25) chama a atenção para a “elaboração de um quadro teórico mais consistente, evidenciando a unidade da cidade como ponto funcional em uma dada rede urbana e como organização, em outra escala, do espaço interno”. A participação das cidades em redes regionais e extrarregionais, os impactos delas no espaço intraurbano, assim como a materialização de espaços e infraestruturas na cidade para a atração de atividades que a insiram nessas redes, exemplificam a prioridade dessa análise nas duas escalas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No texto foram apresentados como exemplos de análise os tópicos referentes à definição da cidade, ao estudo da cidade, à rede urbana e ao urbano, procurando destacar as possibilidades que o entendimento do atual encontra – ou pode encontrar – nas abordagens passadas, especialmente na perspectiva da compreensão do estudo da cidade e do urbano no presente com as suas potencialidades e limitações. Nesse sentido, insistimos na importância da dimensão temporal, considerando os planos da “história” da cidade pesquisada e da “história” da temática analisada, além da “história” da produção da Geografia Urbana. A partir do conhecimento desses elementos, o entendimento do atual pode ser aprimorado, da mesma maneira que o passado pode ser compreendido de forma melhor, permitindo contribuições até para a sua superação.

Finalmente, com o intuito de continuar refletindo, consideramos relevante apontar que a pesquisa em Geografia Urbana deve focar seus esforços em evidenciar a cidade na sua dimensão espacial. Na perspectiva analítica da produção do espaço urbano, vemos possibilidades de integração das dimensões política, econômica e da vida cotidiana, que nos remetem a diálogos necessários com outras ciências sociais. Pode parecer uma frase muitas vezes repetida, mas o foco da Geografia Urbana deve ser o espaço: a dimensão espacial da cidade e do urbano. Desvendando o espaço e demonstrando as suas contradições, a Geografia pode oferecer sua contribuição às outras ciências sociais, bem como com elas dialogar.

### **REFERÊNCIAS**

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.

- BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Regiões de influência das cidades – 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 17 nov. 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994a.
- \_\_\_\_\_. *Repensando a Geografia Urbana: uma nova perspectiva se abre*. In: \_\_\_\_\_. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994b, p. 157-198.
- \_\_\_\_\_. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTRO, Josué de. *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Estudo das relações entre cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 31, n. 1, p. 43-56, jan.-mar. 1969.
- \_\_\_\_\_. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 107-124, abr.-jun. 1988.
- \_\_\_\_\_. *A rede urbana*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Hinterlândias, hierarquias e redes. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994b, p. 323-359.
- \_\_\_\_\_. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001, p. 359-367.
- \_\_\_\_\_. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.
- ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP*. São Paulo: Edusp, 2003.
- \_\_\_\_\_. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279-303.
- \_\_\_\_\_. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 113-138.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: INEP, 1963.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. [1974]
- \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. [1970]
- \_\_\_\_\_. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. [1972]
- MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. *Cidades*. Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 277-314, jul.-dez. 2004. [1941].
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. [1961]
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 [1916], p. 26-67.

SANTOS, Milton. *A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 2002 [1978].

\_\_\_\_\_. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980a.

\_\_\_\_\_. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1980b.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004. [1979]

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOBARZO, Oscar. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

\_\_\_\_\_. La contribución de Milton Santos para la construcción de un concepto de ciudad media. In: MENDOZA, Cristóbal (org.). *Tras las huellas de Milton Santos: una mirada latinoamericana a la geografía humana contemporánea*. Barcelona/Ciudad de México: Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana, 2008a, p. 70-83.

\_\_\_\_\_. As cidades médias e a urbanização contemporânea. *Cidades*, v. 5, n. 8, p. 277-292, jul.-dez. 2008b.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro Gonçalves (org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GAsPERR, 1996, p. 111-126.

\_\_\_\_\_. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001, p. 609-643.

\_\_\_\_\_. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: BELLET SANFELIU, Carmen; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009, p. 41-69.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Como estudar a cidade na longa duração: a noção do tempo na Geografia. *Formação*, Presidente Prudente, n. 6, p. 75-90, 1999.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 [1938], p. 90-113.

Recebido em: 03/08/09

Aceito em: 20/10/09